

Nem tudo cabe nos dados: uma análise sobre a captura da experiência e a colonização do imaginário

Not Everything Fits into Data: An Analysis of the Capture of Experience and the Colonization of the Imaginary

Rone Eleandro dos Santos¹

Resumo: Este artigo analisa o ecossistema digital como um dispositivo de *colonização do imaginário*, compreendendo as plataformas digitais como infraestruturas que capturam a experiência humana e a convertem em dados. Em diálogo com as reflexões de Cornelius Castoriadis sobre o imaginário social e com a literatura crítica sobre *colonialismo de dados*, especialmente as contribuições de Nick Couldry e Ulises Mejias, argumenta-se que a expansão do *capitalismo de dados* produz efeitos que ultrapassam a extração econômica da experiência. Sustenta-se que esse processo reconfigura as próprias condições de produção de sentido, ao modular percepções, expectativas e formas de imaginar o mundo. Inicialmente, discute-se a relação entre imaginário e realidade, enfatizando o papel instituidor das significações sociais. Em seguida, examina-se como o ecossistema digital reorganiza a experiência contemporânea por meio de processos de datificação e de narrativas que naturalizam a extração de dados. São analisadas, em especial, as narrativas da *conveniência*, da *conectividade* e da *superioridade da inteligência artificial*, entendidas como mecanismos de legitimação simbólica do *colonialismo de dados*. Por fim, defende-se que a noção de *colonização do imaginário* permite compreender como as plataformas disputam a capacidade social de instituir sentidos, definir o que conta como realidade e orientar a imaginação de futuros possíveis. Embora profunda, essa colonização não é total, permanecendo aberta a tensões, resistências e possibilidades de criação.

Palavras-chave: colonização do imaginário; captura da experiência; plataformas digitais; dados; algoritmos.

Abstract: This article analyzes the digital ecosystem as a device for the colonization of the imaginary, viewing digital platforms as infrastructures that capture human experience and convert it into data. Drawing on Cornelius Castoriadis's reflections on the social imaginary and critical literature regarding data colonialism, particularly the contributions of Nick Couldry and Ulises Mejias, it argues that the expansion of data capitalism produces effects extending beyond the economic extraction of experience. It is sustained that this process reconfigures the very conditions of meaning-making by modulating perceptions, expectations, and ways of imagining the world. Initially, the relationship between the imaginary and reality is discussed, emphasizing the instituting role of social significations. Next, the article examines how the digital ecosystem reorganizes contemporary experience through processes of datafication and narratives that naturalize data extraction. It specifically analyzes narratives of convenience, connectivity, and the superiority of artificial intelligence, interpreting them as mechanisms for the symbolic legitimation of data colonialism. Finally, it argues that the concept of the colonization of the imaginary allows us to comprehend how platforms compete for the social capacity to institute meanings, define what counts as reality, and shape the imagination of possible futures. While profound, this colonization is not total; it remains open to tensions, resistance, and possibilities for creation.

Keywords: Colonization of the imagination; capture of experience; digital platforms; data; algorithms.

Introdução

A expansão das plataformas digitais, com seus dispositivos correlatos – redes sociais, algoritmos, inteligência artificial, sistemas de recomendação e curadoria automatizada – tem

¹ Doutorando em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF SUDESTE MG), Brasil. E-mail: rone_santos@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6133-0914>

reconfigurado profundamente a experiência humana contemporânea. Já não se trata apenas da mediação técnica da comunicação, mas de um processo mais abrangente que incide diretamente sobre a *constituição do imaginário individual e coletivo*, moldando percepções, expectativas e modos de habitar o mundo. Ao converter práticas, relações e experiências em fluxos contínuos de dados, essas tecnologias passam também a disputar os próprios critérios pelos quais a realidade se torna inteligível e socialmente compartilhada. Nesse contexto, o ecossistema digital não apenas representa a realidade, mas passa a estruturá-la, instaurando um regime no qual o visível, o pensável e o desejável são continuamente mediados por lógicas algorítmicas.

Tal transformação insere-se no interior de uma mutação mais ampla do capitalismo, marcada pela centralidade das plataformas digitais como infraestruturas de extração, processamento e valorização de dados. Como demonstrado ao longo deste artigo, não se trata apenas de uma reorganização econômica, mas da constituição de um novo regime sociotécnico que captura a própria experiência como matéria-prima, convertendo-a em fluxo contínuo de dados. Nesse cenário, a *colonização do imaginário* não opera apenas pela produção de representações, mas pela reconfiguração das condições de possibilidade da experiência e da construção de sentido².

Se a *colonização do imaginário* não é um fenômeno inédito – tendo sido historicamente operada por mitologias, religiões e ideologias –, o que se observa no presente é uma intensificação sem precedentes de sua escala, alcance e eficácia. As plataformas digitais, ao combinarem personalização algorítmica e alcance global, instauram uma forma de mediação totalizante na qual a produção simbólica deixa de emergir do tecido social para ser progressivamente orientada por racionalidades técnico-econômicas. Como consequência, a experiência fática da realidade tende a ser obscurecida por uma proliferação de imagens, narrativas e simulacros, deslocando a referência do real para construções sintéticas continuamente atualizadas.

² A expressão *colonização do imaginário* é utilizada neste artigo não apenas como recurso descritivo, mas como categoria analítica destinada a compreender um aspecto específico da expansão do capitalismo de dados ainda pouco explorado na literatura: seus efeitos sobre as condições simbólicas e ontológicas de produção do sentido. Enquanto a noção de *colonialismo de dados* evidencia a captura econômica da experiência humana, argumenta-se aqui que essa dinâmica produz igualmente uma disputa pela capacidade social de instituir significações, definir o que conta como realidade e limitar os horizontes de imaginação de futuros possíveis. É nesse sentido que a colonização do imaginário é proposta como um desenvolvimento crítico da literatura sobre o *colonialismo de dados*. Assim, definimos *colonização do imaginário* como o processo pelo qual infraestruturas técnico-digitais passam a disputar e condicionar a produção social de significações, reconfigurando as condições pelas quais indivíduos e coletividades percebem, interpretam e imaginam a realidade.

Nesse processo, como será desenvolvido a partir da noção de *colonialismo de dados*, a captura do imaginário é sustentada por um conjunto de *narrativas legitimadoras* que apresentam a extração como inevitável e desejável. Discursos centrados na *conveniência*, na *conectividade* e na *superioridade da inteligência artificial* operam como dispositivos simbólicos que naturalizam a inserção dos sujeitos nos circuitos de dados, ao mesmo tempo em que restringem a possibilidade de imaginar alternativas. Mais do que legitimar a extração de dados, essas narrativas produzem um ambiente simbólico no qual a própria datificação da realidade passa a ser percebida como a forma mais objetiva, eficiente e inevitável de conhecer o mundo. Assim, o que está em jogo não é apenas a mediação da experiência, mas a *colonização das próprias condições simbólicas que estruturam o pensar, o desejar e o projetar o futuro*.

Essa crítica é reforçada pelas reflexões de Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, que questionam a pretensão contemporânea de reduzir a inteligibilidade da vida social à coleta massiva e à correlação automatizada de dados (Rouvroy; Berns, 2015). Como observa Rouvroy, “continuamos a imaginar, mas a imaginação não é mais levada em conta”, isso porque a “ideologia técnica dos *big data* promete uma transparência total do social para si mesmo, bem como a dissipação da camada de representação axiologicamente suspeita, ideologicamente tendenciosa, politicamente contestável, subjetivamente parcial” (Rouvroy, 2020, p. 20). Não porque a imaginação tenha desaparecido, mas porque a racionalidade orientada pelos dados tende a conferir maior legitimidade ao que pode ser calculado, previsto e otimizado do que aquilo que depende da interpretação, da criação e da abertura ao inesperado. Como os dados resultam da inscrição digital de acontecimentos passados e presentes, toda projeção algorítmica do futuro permanece ancorada nas regularidades extraídas desses registros. O futuro deixa de ser concebido como um horizonte aberto de criação e passa a ser tratado como uma extensão probabilística do já existente. Assim, como observa Rouvroy, não é apenas a representação do passado e do presente que se fecha, mas também a imaginação de futuros alternativos (Rouvroy, 2020, p. 20). É dessa constatação que deriva a hipótese central deste artigo de que *nem tudo cabe nos dados*. Há dimensões da experiência humana que permanecem irredutíveis à datificação e é precisamente sobre esse excedente – onde se produzem sentidos, imaginários e possibilidades de futuro – que incidem as novas formas de colonização aqui analisadas.

É nesse deslocamento da imaginação para a otimização algorítmica que se inscreve a hipótese central deste artigo: o *colonialismo de dados* produz, em última instância, uma *colonização do imaginário*. Diante desse quadro, este artigo tem como objetivo analisar criticamente como o ecossistema digital, articulado ao capitalismo de plataforma e ao

colonialismo de dados, constitui um dispositivo de *colonização do imaginário* contemporâneo, reconfigurando as condições pelas quais indivíduos e sociedades percebem, interpretam e imaginam a realidade. Embora dialogue diretamente com a formulação de Couldry e Mejias acerca do *colonialismo de dados*, o argumento aqui desenvolvido procura ampliar essa perspectiva ao sustentar que a captura sistemática da experiência produz efeitos que ultrapassam sua dimensão econômica. Defende-se que a extração contínua de dados reconfigura as próprias condições de produção de sentido, reorganizando os horizontes a partir dos quais indivíduos e sociedades percebem, interpretam e imaginam o mundo.

Partimos, em um primeiro momento, da discussão sobre o imaginário e sua relação com a realidade. Na sequência analisamos o papel das narrativas civilizatórias do capitalismo de dados, evidenciando seus efeitos sobre a experiência, a subjetividade e a própria noção de realidade. Ao final, argumentamos que a *colonização do imaginário* constitui um desdobramento específico do *colonialismo de dados*, pois opera justamente pela naturalização da equivalência entre realidade e dados, obscurecendo dimensões da experiência humana que permanecem irredutíveis à quantificação e à modelização algorítmica. Ao fim e ao cabo, o artigo procura demonstrar que a principal contribuição da noção de *colonização do imaginário* consiste em evidenciar como a expansão do capitalismo de dados não captura apenas informações sobre a experiência humana, mas disputa os próprios processos sociais de produção de sentido e de imaginação do possível.

Imaginário e Realidade

O imaginário constitui, desde as origens da reflexão filosófica e antropológica, um dos eixos centrais para a compreensão da vida social. Longe de ser mero artifício ilusório ou ornamentação simbólica, o imaginário funda e estrutura os modos de existência, instituindo horizontes de sentido que orientam a ação, a memória coletiva e as projeções de futuro. Cornelius Castoriadis (1987) enfatiza que, em seu escopo social e histórico, as sociedades e formas de vidas humanas só se tornam inteligíveis a partir da disputa entre o que é o imaginário social já instituído e o imaginário social instituinte em processo de se estabelecer. Isso é, do embate entre o conjunto de significações já estabelecido com aquele se que se quer constituir e que não derivam de uma racionalidade instrumental, mas emergem como criações radicais que sustentam o tecido social. Uma sociedade já estabelecida possui um imaginário também já estabelecido (embora sempre em constante mudança e não pronto, como o é o próprio ser

humano que a constitui). Já sociedades em processo de formação se encontra exatamente nesse estado de engendramento de si e do que constitui seu imaginário.

A história é criação: criação de formas totais de vida humana. As formas sociais-históricas não são ‘determinadas’ por ‘leis’ naturais ou históricas. A sociedade é autocriação. Quem cria a sociedade e a história é a sociedade instituinte, em oposição à sociedade instituída, imaginário social no sentido radical. A auto-instituição da sociedade é a criação de um mundo humano: de coisas, de realidade, de linguagem, de normas, de valores, modos de viver e de morrer, objetivos pelos quais vivemos e outros pelos quais morremos – e, obviamente, em primeiro lugar e acima de tudo, ela é criação do indivíduo humano no qual a instituição da sociedade está solidamente incorporada (Castoriadis, 1987, p. 271).

Essa compreensão do imaginário constitui o ponto de partida deste artigo. Se o imaginário é a instância que institui socialmente a realidade e torna possíveis novas significações, então a questão central deixa de ser apenas como as plataformas produzem representações ou capturam dados, passando a ser como elas passam a disputar os próprios processos de instituição do sentido. É precisamente nesse deslocamento que a noção de *colonização do imaginário* procura oferecer um ganho analítico em relação às abordagens centradas exclusivamente na extração de dados.

Esse caráter instituidor do imaginário é crucial, pois demonstra que não há sociedade sem mitologias, narrativas ou sistemas de representação que permitem articular o real vivido com o real concebido. Mas essa realidade concebida e vivida não tem existência fora do escopo temporal e espacial da sociedade e da história. Por isso o imaginário, de acordo com Castoriadis, não é um reflexo especular de algo que não seja ele mesmo produzido a partir do arcabouço sócio-histórico³. “O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de ‘alguma coisa’. Aquilo que denominamos ‘realidade’ e ‘racionalidade’ são seus produtos” (Castoriadis, 1982, p. 13). Ora, a realidade é pensada, criada e produzida através do imaginário exatamente porque “todo pensamento, qualquer que seja ele e qualquer que seja seu ‘objeto’, é apenas um modo e uma forma do fazer social-

³ Castoriadis afirma um distanciamento decisivo da concepção *especular* do imaginário que o entende como simples reflexo, duplicação ou imagem derivada de uma realidade prévia. Essa concepção está ligada a uma tradição que remonta à ontologia platônica expressa na Alegoria da Caverna. Contra essa herança, que reduz o imaginário a um subproduto (*eidolon*) de um real ou ideal originário, Castoriadis sustenta que o imaginário não é reflexo nem representação secundária, mas potência criadora radical (criação *ex nihilo*), anterior inclusive à própria possibilidade da *imagem no espelho ou no olhar do outro* como instâncias de reflexão. Assim, ao invés de reproduzir ou distorcer um mundo já dado, o imaginário institui o próprio campo do sentido e da realidade social, rompendo com a lógica de que toda imagem deve ser imagem de algo e recusando a subordinação ao esquema platônico que opõe cópia e modelo (Castoriadis, 1982, p. 13).

histórico” (Castoriadis, 1982, p. 13). Inexiste realidade social e histórica que não tenha sido imaginada para poder possuir existência fática concreta e comum.

O imaginário opera como matriz de racionalidade não lógica, inscrita no corpo social e nos sujeitos, fornecendo esquemas de percepção e interpretação que mediam a relação com o mundo. O que vemos hoje é a infiltração de dispositivos técnico-digitais que reorganizam essa matriz em escala global, transformando a própria economia simbólica em mercadoria. Na dimensão coletiva do imaginário temos o atravessamento de novas lógicas de pertencimento e identificação no universo digital. Nas redes sociais e plataformas, as formas tradicionais de sociabilidade dão lugar a microtribos digitais caracterizadas por efervescências emocionais, narrativas instantâneas e comunidades que orbitam não mais em torno de vínculos concretos, mas de algoritmos que modelam preferências e orientam a interação. Essa mutação do imaginário coletivo indica a passagem de uma dimensão instituinte, viva e criativa, para uma dimensão colonizada, marcada por programações técnicas e interesses econômicos que filtram e determinam o horizonte do possível.

É justamente essa passagem que permite distinguir a *colonização do imaginário* de uma simples transformação cultural promovida pelas tecnologias digitais. Não se trata apenas da emergência de novos conteúdos simbólicos ou de novas formas de mediação, mas da crescente interferência das plataformas sobre os próprios processos sociais de criação de significações. Se, em Castoriadis, o imaginário institui a realidade social, argumenta-se aqui que as plataformas disputam essa capacidade instituinte ao orientar, selecionar e modular os horizontes dentro dos quais a realidade pode ser percebida, interpretada e imaginada.

O problema, contudo, transcende a análise sociológica da mediação e da midiatização e inscreve-se em uma crise mais profunda: a crise da realidade e da ontologia. Martin Heidegger (2012), em sua análise da essência da técnica, argumenta que o *Gestell* – o modo de *desvelamento técnico* que enquadra o mundo e a natureza – reduz o ser a uma disponibilidade calculável de entes, subordinando o mundo à lógica do controle e da extração. Quando aplicado ao ecossistema digital, esse conceito permite compreender como algoritmos e inteligência artificial transformam o real em dados, números e previsibilidades, retirando dele sua opacidade e mistério, isto é, sua densidade ontológica. Mais do que reduzir o mundo a uma disponibilidade técnica, essa racionalidade cria as condições para que apenas aquilo que pode ser calculado, quantificado e modelizado seja reconhecido como socialmente relevante. É justamente nesse ambiente que a datificação da experiência encontra legitimidade e amplia sua capacidade de reorganizar o imaginário coletivo. Nesse horizonte, o imaginário colonizado é um imaginário

que já não remete à dimensão instituidora de sentidos, mas a uma funcionalidade de ordenamento técnico, quantificável e em vista do consumo.

Essa crise de realidade é ainda mais radicalizada no diagnóstico de Jean Baudrillard (1991), para quem vivemos na era dos simulacros, em que os signos deixam de representar o real para produzir hiper-realidades autônomas. Nessa altura de sua análise Baudrillard menciona a alegoria da simulação descrita no conto de Jorge Luiz Borges sobre os cartógrafos do Imperador da China⁴. Ali, afirma, o *imaginário da representação* tem seu apogeu e inclina para o projeto louco desses funcionários do Império que visam a *coextensividade ideal do mapa e do território*. Ou seja, o mapa não apenas representa o território, mas o cobre de tal forma que se confunde com o próprio território. A diferença entre um e outro desaparece no próprio processo de simulação, de forma que o imaginário representacional se confunde com a própria realidade factual do território⁵.

É toda a metafísica que desaparece. Já não existe o espelho do ser e das aparências, do real e do seu conceito. Já não existe coextensividade imaginária: é a miniaturização genética que é a dimensão da simulação. O real é produzido a partir de células miniaturizadas, de matrizes e de memórias, de modelos de comando – e pode ser reproduzido em número indefinido de vezes a partir daí. Já não tem de ser racional, pois já não se compara com nenhuma instância, ideal ou negativa. É apenas operacional. Na verdade, já não é o real, pois já não está envolto em nenhum imaginário. É um hiper-real, produto de síntese irradiando modelos combinatórios num hiperespaço sem atmosfera (Baudrillard, 1991, p. 8).

Esse acurado diagnóstico de Baudrillard, feito na década de 80, antecipa nosso tempo presente em que o campo da especulação e do discurso – próprios da construção coletiva do

⁴ No conto *Do rigor da Ciência* (1946) Borges narra a fábula da encomenda feita pelo Imperador Chinês a seus cartógrafos: produzir um mapa tão perfeito e detalhado do Império que tivesse exatamente o mesmo tamanho do território que representava. O mapa deveria coincidir integralmente com a realidade que deveria representar. Num excesso de representação o mapa, que deveria ser uma simplificação útil do real, torna-se inútil ao tentar reproduzi-lo perfeitamente. Ele deixa de ser mediação para com a realidade e vira uma duplicação da própria realidade. “Hoje a abstração já não é a do mapa, do duplo, do espelho ou do conceito. A simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real. O território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território – precessão dos simulacros – é ele que o território cujos fragmentos apodrecem lentamente sobre a extensão do mapa. É o real, e não o mapa, cujos vestígios subsistem aqui e ali, nos desertos que já não são os do Império, mas o nosso. *O deserto do próprio real*” (Baudrillard, 1991, p. 8, destaque do autor). Atualizando e radicalizando a fábula Baudrillard aponta para uma leitura de que hoje não é mais o mapa que tenta imitar o território, mas as simulações que passam a preceder e moldar o próprio real. Ou seja, o *mapa* (modelos, dados, algoritmos, imagens, signos e símbolos) vem antes e define o que entendemos como realidade.

⁵ No ecossistema digital, essa metáfora adquire nova atualidade. Os modelos algorítmicos deixam progressivamente de funcionar apenas como representações da realidade para atuar sobre ela, orientando decisões, distribuindo visibilidade e condicionando comportamentos. O mapa já não apenas cobre o território, mas passa a reorganizá-lo continuamente.

imaginário – disputa espaço com a proliferação do pensamento quantificado e datificado próprios da cultura digital. As plataformas digitais materializam com rigor esse diagnóstico. Nelas a circulação incessante de imagens, narrativas e representações possibilita a criação de mundos desconectados do factual onde universos sintéticos não apenas competem com a realidade, mas visam a sua substituição como âncora condicional de referência existencial. É nesse contexto que a noção de *colonização do imaginário*, proposta neste artigo, procura nomear um fenômeno específico: a crescente disputa, pelas plataformas digitais, da capacidade social de instituir sentidos, definir o que conta como realidade e orientar a imaginação de futuros possíveis.

Entre a redução ontológica do ser ao ente calculável, descrita por Heidegger, e a produção de simulacros de realidade pensada por Baudrillard existe um deslocamento decisivo: o da técnica como modo de desvelamento para a *técnica como regime de significação*. O que antes era apenas uma forma de enquadrar o mundo como recurso – o *Gestell* heideggeriano – torna-se, no contexto digital, um sistema de codificação total, em que o simbólico é capturado pela lógica técnica e o sentido é absorvido pela operação dos signos. Nesse processo, o mundo não apenas se torna manipulável como também se torna representável em excesso, saturado por signos que já não remetem a nenhuma transcendência ontológica. Assim, o poder da técnica deixa de estar apenas na produção material e passa a residir na produção de aparência, na capacidade de gerar mundos de sentido autorreferenciais, sustentados pela circulação incessante de imagens e dados.

Diante desse quadro, torna-se possível afirmar que a *colonização do imaginário no ecossistema digital* não constitui apenas uma mutação cultural, mas um deslocamento ontológico: o real fático – trabalho, relações sociais, limites materiais – é recoberto por uma camada sintética, estetizada e programada, que se apresenta como realidade suficiente. Esse deslocamento desarticula a consonância metafísica entre ser e mundo, substituindo-a por uma realidade operacional e artificialmente sustentada. Trata-se de um novo regime de imaginário que, longe de instituir sentidos, captura e neutraliza a potência criadora de indivíduos e sociedades, transformando o campo simbólico em recurso explorável pelas plataformas e pela racionalidade técnico-capitalista que as fundamenta. Sendo assim, a *colonização do imaginário* ultrapassa a ideia de *colonialismo de dados*. Enquanto este descreve a apropriação sistemática da experiência como recurso econômico, aquela procura evidenciar seus efeitos sobre a própria capacidade social de instituir significados, imaginar alternativas e produzir novas formas de existência coletiva.

O ecossistema digital como dispositivo de *colonização do imaginário*

A consolidação das plataformas digitais como mediadoras da comunicação, do consumo cultural e das interações em ambiente digital revela um processo de captura que ultrapassa a esfera tecnológica, e adentra a dimensão político-ontológica da vida contemporânea. Tais plataformas não apenas oferecem serviços ou facilidades técnicas, mas se pretendem instituir como arquiteturas de sentido que organizam a percepção do real e modelam comportamentos. Nessa direção, é possível afirmar que o ecossistema digital constitui um *dispositivo de colonização digital do imaginário*, articulando-se em torno de lógicas algorítmicas que selecionam, hierarquizam e modulam aquilo que é visível, pensável e experienciável. Entretanto, sustenta-se aqui que esses processos não podem ser compreendidos apenas como mecanismos de extração econômica ou de reorganização informacional. Argumenta-se que eles incidem sobre uma dimensão anterior: as próprias condições sociais de produção do sentido. É precisamente essa camada que a noção de *colonização do imaginário* procura tornar visível.

A noção de *colonização do imaginário* desenvolvida neste artigo dialoga diretamente com a formulação de Nick Couldry e Ulises A. Mejias do que denominam *colonialismo de dados*, mas procura deslocar seu foco analítico. Esses autores demonstram como a experiência humana é convertida em recurso econômico por meio da extração contínua de dados. Argumentamos que esse mesmo processo produz efeitos sobre a capacidade social de instituir sentidos, interpretar a realidade e imaginar futuros possíveis. A leitura de Couldry e Mejias sobre *colonialismo de dados* constitui uma formulação consistente que dialoga com o que temos chamado de *colonização do imaginário*. Em *The Costs of Connection* (2019) e *Data Grab* (2024), os autores demonstram que o capitalismo contemporâneo inaugura uma nova forma de dominação global, fundada não mais na ocupação territorial, mas na apropriação da vida humana como produtora de dados. Na verdade podemos dizer que ela própria, a vida humana, é tomada como dado. O regime de acumulação desloca-se da exploração do trabalho produtivo para a *captura sistemática da experiência*, transformando afetos, percepções e relações em matéria-prima de valor econômico. Essa expropriação invisível não se limita a uma mutação tecnológica ou econômica. Ela representa uma reconfiguração civilizatória que atinge as dimensões simbólicas e imaginárias da vida social. Porque, de fato, o que está em jogo segundo os autores é

[...] a tentativa sistemática de transformar todas as vidas e relações humanas em insumos para a geração de lucro. A experiência humana, potencialmente cada camada e aspecto dela, está se tornando o alvo da extração lucrativa. Chamamos essa condição de colonização por dados, e é uma dimensão fundamental de como o próprio capitalismo está evoluindo hoje (Couldry; Mejias, 2019, p. X, tradução nossa).

Em *Data Grab*, Couldry e Mejias aprofundam essa crítica ao afirmar que as narrativas legitimadoras do capitalismo de dados não apenas estruturam o mercado informacional, mas *capturam o território da imaginação social*. O discurso de inevitabilidade técnica, ancorado nos mitos da inovação, da eficiência e da inteligência artificial, impõe-se como horizonte único de sentido. As narrativas dominantes do *colonialismo de dados* pretendem colonizar nossas ideias sobre o futuro da tecnologia e da vida social. O poder das plataformas, portanto, não reside apenas em sua infraestrutura material, mas na capacidade de *organizar o horizonte simbólico* em que se decide o que é real, desejável ou possível. O imaginário coletivo, que outrora abrigava a pluralidade de mundos, torna-se funcional à racionalidade técnico-capitalista que governa o digital.

[...] as narrativas dominantes do colonialismo de dados alcançam algo que a apropriação de dados por si só não consegue: capturam o que podemos chamar de território da imaginação da sociedade. Elas colonizam nossas ideias sobre como pode ser o futuro da sociedade e da tecnologia, da comunidade e da conexão, eliminando ideias alternativas. O resultado é que apenas uma linguagem para descrever o que está acontecendo parece disponível: a linguagem da conexão e da comunidade oferecida por empresas como a Meta e os fabricantes de dispositivos inteligentes. Conecte-se, ou então. Aceite nossos termos e condições, ou então. [...] Aceite o 'progresso' ou saia do jogo. E, ao capturar nossa imaginação, as narrativas civilizadoras dos dados desempenham exatamente o papel que outras narrativas desempenharam para o colonialismo histórico: elas fazem com que pareça normal e inalterável, parte da ordem natural das coisas (Couldry; Mejias, 2024, p. 135, tradução nossa).

Se essa captura do imaginário é um dos efeitos mais sofisticados do *colonialismo de dados*, ela não pode ser compreendida isoladamente de sua base material e relacional. Em *The Costs of Connection*, Couldry e Mejias demonstram que essa nova forma de dominação se enraíza em uma transformação profunda das próprias relações sociais, reconfiguradas como *data relations*. Trata-se de formas de interação nas quais a conexão entre sujeitos, instituições e ambientes passa a depender estruturalmente da geração contínua de dados. Nesse sentido, não é apenas a experiência que é capturada, mas a própria condição de possibilidade da experiência social, que passa a ser organizada em função da extração. Para os autores,

As relações de dados são a forma social emergente através da qual o colonialismo de dados, enquanto processo extrativista, se estabiliza entre indivíduos, grupos e

corporações, contribuindo assim de forma confiável para a nova ordem social emergente do capitalismo. Por ‘relações de dados’, não nos referimos a relações entre dados, mas aos novos tipos de relações humanas que os dados, enquanto mercadoria em potencial, possibilitam. Com o tempo, é provável que as relações de dados se tornem tão naturalizadas quanto às relações de trabalho (Couldry; Mejias, 2019, p. 27, tradução nossa).

Nem todas as relações baseadas em dados surgem do mesmo modo. Em alguns contextos, como no interior de grandes corporações, a coleta de dados já está incorporada às práticas institucionais e ocorre quase automaticamente, sem necessidade de negociação explícita. No entanto, na maior parte dos casos, é preciso primeiro constituir determinadas formas de relação que tornem possível o próprio fluxo de dados. Uma vez estabelecidas, essas relações passam a parecer naturais e evidentes, como se a extração de dados fosse um desdobramento legítimo e espontâneo da vida social.

Contudo, essa aparência de naturalidade é enganosa. Os dados não existem previamente como algo oferecido no e pelo mundo à espera de serem coletados e sim emergem a partir de processos específicos de extração⁶. Sem essas operações, não haveria algo que pudesse ser identificado como *dado*, nem qualquer justificativa para sua apropriação. O que sustenta essa dinâmica é a estabilização das chamadas *relações de dados*, que faz com que a extração pareça não apenas possível, mas também legítima e incontestável. Por isso, os dados devem ser compreendidos não como elementos naturais, mas como recursos cuja existência depende de condições sociais e técnicas previamente construídas. Do mesmo modo que, historicamente, a natureza foi transformada e reorganizada para se tornar explorável pelo capitalismo, também a vida social precisa ser reconfigurada para que possa ser convertida em fonte contínua de dados para a atual racionalidade técnico-capitalista⁷.

⁶ Uma boa análise sobre os dados é desenvolvida no livro *O mundo dado: cinco breves lições de filosofia digital* de Cosimo Accoto. Principalmente no capítulo *O dado – a experiência além da experiência* onde o autor mostra como a experiência mediada por dados reconfigura a própria essência da experiência, afetando dimensões como tempo, espaço, sujeito e informação. Os dados passam a se articular diretamente com a percepção e a consciência, produzindo novas temporalidades – marcadas por um presente orientado por previsões – e transformando o espaço segundo a lógica do código. Como efeito, no plano do sujeito, isso implica rever identidade, sensibilidade, agência e responsabilidade. Em síntese, instaura-se um regime em que há sensação sem percepção, percepção sem atenção e atenção sem sujeito – efeito da atuação combinada entre dados, sensores, códigos e algoritmos.

⁷ De fato, seria mais acertado o uso de algum termo em português para descrever esse processo como captura e não dádiva, como extração e não oferecimento. O termo *dados* não possui um significado estável ao longo da história. Seu uso na língua inglesa remonta ao século XVII, quando designava aquilo que era tomado como dado, isto é, algo aceito ou reconhecido de maneira geral. Há, contudo, uma inversão curiosa em relação à sua origem etimológica: derivado do latim *dare* (*dar*), o termo sugere algo que se oferece, enquanto, na prática, refere-se àquilo que é extraído. Em sentido mais rigoroso, o que usualmente chamamos de dados corresponderia antes a *capta* (do latim *capere*, *tomar*), isto é, unidades selecionadas e coletadas a partir de um conjunto mais amplo de possibilidades. Apesar dessa imprecisão, o termo “dados” se consolidou no uso corrente. A partir do século XVIII, com o advento da modernidade e o desenvolvimento das ciências, seu significado também se transforma, passando

Como afirmam os autores, na sua essência o *colonialismo de dados* constitui “uma ordem emergente para a apropriação da vida humana para que os dados possam ser continuamente extraídos dela com fins lucrativos” (Couldry; Mejias, 2019, p. xiii, tradução nossa). Essa formulação é importante porque indica que a extração não é um efeito colateral, mas o princípio organizador de uma nova ordem social. As relações de dados, nesse contexto, não apenas mediam o social, mas o reorganizam a partir de uma lógica extrativa que integra a vida cotidiana aos circuitos de valorização do capital. Essa reorganização implica uma redefinição do próprio estatuto da vida social. Ao serem convertidos em fluxos de dados, os elementos da experiência – ações, emoções, deslocamentos, interações, etc. – são abstraídos de seus contextos originários e reinscritos em sistemas de processamento e cálculo. Nesse processo, como observam Couldry e Mejias,

[...] o conceito de dados não pode ser separado de dois elementos essenciais: a infraestrutura externa na qual são armazenados e a geração de lucro para a qual se destinam. Em suma, por dados entendemos os fluxos de informação que passam da vida humana em todas as suas formas para infraestruturas de coleta e processamento. Este é o ponto de partida para a geração de lucro a partir de dados. *Nesse sentido, os dados abstraem a vida, convertendo-a em informação que pode ser armazenada e processada por computadores, e apropriam-se da vida, convertendo-a em valor para terceiros* (Couldry; Mejias, 2019, p. xiii, destaque e tradução nossa).

Portanto, a abstração não é apenas uma operação técnica, mas uma *forma de despossessão*. Ao tornar a vida legível e manipulável, ela a integra a um regime de exploração que escapa ao controle dos próprios sujeitos. Essa dinâmica é sustentada por uma infraestrutura ampla e difusa que os autores denominam *Cloud Empire*, uma configuração socioeconômica na qual a extração de dados é naturalizada e estendida a todos os domínios da vida social. Nesse contexto, a participação no mundo social passa a ser inseparável da submissão a processos contínuos de captura e monitoramento (Couldry; Mejias, 2019, p. xiii). Ora, nesse estado de coisas o ecossistema digital não apenas faz a mediação da vida social. *Agora ele a estrutura de modo que viver socialmente implica, inevitavelmente, produzir dados*.

Um dos efeitos mais profundos dessa transformação é a *erosão da autonomia*. Ao integrar a vida a circuitos contínuos de coleta, análise e retroalimentação de dados, o

a se associar cada vez mais à produção de conhecimento baseada em fatos, evidências e experimentação, em contraste com formas anteriores fundamentadas na teologia, na retórica ou na opinião. Sobre a distinção entre *data* e *capta* ver: KITCHIN, Rob. **Data Lives: how data are made and shape our world**. Bristol, UK: Bristol University Press, 2021, p. 25-26. Para uma genealogia do uso do termo dados ver: ROSENBERG, Daniel. Data before the fact. In: GITELMAN, Lisa (ed). **‘Raw Data’ is an Oxymoron**. Cambridge: MIT Press, 2013, p. 15-40.

colonialismo de dados redefine as condições de agência dos sujeitos. Como afirmam os autores, esse processo tem como resultado “minar a autonomia da vida humana de forma fundamental que ameaça a própria base da liberdade, que é exatamente o valor exaltado pelos defensores do capitalismo” (Couldry; Mejias, 2019, p. xiii, tradução nossa). Isso ocorre porque a capacidade de agir e decidir passa a ser mediada por ambientes previamente estruturados por lógicas algorítmicas, nas quais as possibilidades de ação são antecipadas, classificadas e moduladas⁸.

No entanto, a especificidade dessa nova forma de colonização não reside apenas na captura econômica da vida, mas na apropriação dos próprios recursos cognitivos e simbólicos por meio dos quais ela é compreendida. O *colonialismo de dados* implica também o controle sobre os próprios recursos pelos quais conhecemos o mundo. Isso significa que a extração de valor e a produção de conhecimento tornam-se processos indissociáveis, configurando uma convergência inédita entre poder econômico e poder epistêmico. É precisamente essa convergência que permite compreender o ecossistema digital como um *dispositivo de colonização do imaginário*. Ao controlar os fluxos de informação e os mecanismos de sua interpretação, as plataformas não apenas organizam práticas sociais, mas também estruturam os regimes de inteligibilidade que definem o que pode ser percebido, pensado e antecipado.

Desdobramento direto destas análises em *Data Grab* essa dimensão é aprofundada por Couldry e Mejias a partir da análise das chamadas *narrativas civilizadoras* [*civilising narratives*]. Estas formam um conjunto de discursos de legitimação simbólica que acompanham e sustentam os processos de extração no capitalismo de dados. Não se trata de descrições neutras da realidade, mas de construções simbólicas que tornam essas práticas inteligíveis, aceitáveis e até desejáveis. Nesse sentido, elas operam como justificativas morais e cognitivas que suavizam o caráter exploratório da extração, deslocando a atenção de suas implicações estruturais e apresentando-a como parte natural do desenvolvimento tecnológico e social.

⁸ Aqui uma observação. Apontar essa forte ação do ecossistema digital sobre os sujeitos não significa que estes sejam totalmente desprovidos de agência, ou que são incapazes de resistir aos direcionamentos impostos por lógicas algorítmicas. Embora a mediação algorítmica imponha condicionamentos significativos às práticas e decisões dos sujeitos, isso não implica a supressão total de sua agência. Os Estudos de Recepção no campo da Comunicação demonstram que os indivíduos não são meros receptores passivos, mas intérpretes ativos que negociam, reinterpretam e, por vezes, resistem aos sentidos propostos pelos sistemas midiáticos (como já indicava, por exemplo, a perspectiva das mediações culturais em *Dos meios às mediações*, de Jesús Martín-Barbero). Mesmo em ambientes fortemente estruturados por lógicas algorítmicas, persistem margens de ação nas quais os sujeitos exercem formas de apropriação, desvio e reconfiguração do uso das tecnologias – dinâmica que pode ser atualizada à luz das transformações recentes discutidas por Néstor García Canclini em *Cidadãos substituídos por algoritmos*. Assim, a colonização operada pelo ecossistema digital, embora profunda, não é absoluta.

Essas *narrativas civilizadoras do colonialismo de dados* possuem uma clara continuidade histórica com o colonialismo clássico. Couldry e Mejias mostram que os processos coloniais sempre dependeram de narrativas legitimadoras que, frequentemente, estavam desconectadas da realidade da violência colonial, mas eram essenciais para justificá-la. O *colonialismo de dados* instaura formas próprias de opressão que, embora distintas em seus mecanismos, mantêm continuidades estruturais com o colonialismo histórico. Se, naquele contexto, a violência era explicitamente organizada por hierarquias raciais e exercida por meio da força direta, no cenário contemporâneo a mesma se apresenta de maneira mais difusa, mediada por dispositivos técnicos e infraestruturas digitais. Ainda assim, seus efeitos permanecem desigualmente distribuídos e tendem a recair sobre grupos historicamente vulnerabilizados, reproduzindo e atualizando dinâmicas de exclusão. Como sintetizam os autores, “embora a violência no colonialismo de dados possa ser menos brutal, e suas ferramentas e técnicas específicas possam ser novas, seus impactos ainda se concentram em certas populações e, muitas vezes, perpetuam o legado de violência racista, sexista e de classe que começou com o colonialismo histórico” (Couldry; Mejias, 2024, p. 39-40, tradução nossa).

Nesse sentido, populações já marcadas por desigualdades estruturais tornam-se mais suscetíveis a formas intensificadas de vigilância – seja no trabalho, na escola ou em outros contextos institucionais; à precarização em regimes de trabalho mediado por plataformas; e à exposição ampliada a dinâmicas de discriminação e violência simbólica (inclusive por meio de sistemas algorítmicos que reproduzem e amplificam vieses sociais). Discursos como a missão civilizatória, a superioridade racial ou o progresso econômico funcionavam como dispositivos simbólicos que tornavam aceitável a apropriação de territórios e corpos. No *colonialismo de dados*, essa lógica é reatualizada: embora os conteúdos discursivos mudem, sua função estrutural permanece a mesma.

No contexto contemporâneo, essas narrativas assumem novas formas, adaptadas às *sensibilidades* da sociedade digital. Evita-se a linguagem explícita da *civilização*, mas preserva-se sua estrutura legitimadora. As narrativas civilizadoras dos dados não precisam mais usar a linguagem da *civilização*, mas ainda cumprem funções semelhantes. Discursos como os da inovação tecnológica, da inteligência artificial como solução universal e da inevitabilidade do progresso operam como versões atualizadas dessa *missão*. As novas narrativas

[...] – ou pelo menos narrativas que pareçam novas – são necessárias para desempenhar o mesmo papel que aquelas narrativas civilizacionais contestadas desempenharam no passado. Os defensores da extração de dados em larga escala usam

outra linguagem, invocando objetivos aos quais é muito difícil se opor e reivindicando um poder prático muito especial, como empresas ou governos, para implementá-los. Há a ideia, ouvida em vários círculos, de 'IA para o Bem Social'. Existem narrativas de suposto progresso histórico, como 'A Segunda Era das Máquinas' ou 'A Quarta Revolução Industrial', que são difíceis de contestar, se partirmos do pressuposto de que a história sempre avança de forma linear. Essa ideia, e a associada de que a modernidade é algo que 'o Ocidente' naturalmente lidera, é em si um legado do colonialismo histórico (Couldry; Mejias, 2024, p. 102-103, tradução nossa).

Entre as diversas narrativas civilizadoras analisadas por Couldry e Mejias, três assumem papel particularmente relevante por organizarem a legitimidade social do capitalismo de dados. Embora apresentadas separadamente para fins analíticos, elas operam de forma articulada, compartilhando uma mesma função: naturalizar a extração contínua de dados ao apresentá-la como condição para uma vida mais conveniente, mais conectada e mais inteligente. Interessamos, contudo, compreender essas narrativas não apenas como estratégias de legitimação econômica, mas como mecanismos de reorganização do imaginário social.

Couldry e Mejias identificam três grandes narrativas civilizadoras que sustentam simbolicamente o colonialismo de dados: a *narrativa da conveniência*, segundo a qual a extração de dados se justificaria pelos benefícios da simplificação da vida cotidiana; a *narrativa da conectividade*, que apresenta as plataformas como condição indispensável da vida social; e a *narrativa da superioridade da inteligência artificial*, que atribui aos sistemas algorítmicos maior capacidade de conhecer, decidir e resolver problemas do que os próprios seres humanos (Couldry; Mejias, 2024, p. 104-134). Embora distintas, essas narrativas compartilham uma mesma função: transformar a expansão das infraestruturas digitais em um processo aparentemente inevitável, desejável e socialmente benéfico.

Mais do que justificar a extração de dados, essas narrativas reorganizam os critérios pelos quais os sujeitos compreendem a própria realidade. A *conveniência* passa a redefinir a boa vida em termos de eficiência operacional; a *conectividade* converte-se de possibilidade técnica em imperativo social; e a *inteligência artificial* deixa de ser percebida como instrumento para tornar-se referência privilegiada de conhecimento e decisão. Em cada caso, aquilo que inicialmente se apresenta como promessa tecnológica converte-se em princípio organizador da experiência social.

É precisamente nesse ponto que a noção de *colonização do imaginário* amplia a análise de Couldry e Mejias. Se o colonialismo de dados descreve como a experiência humana é apropriada como recurso econômico, a colonização do imaginário procura compreender como essa mesma dinâmica modifica as condições simbólicas pelas quais indivíduos e coletividades

interpretam o mundo. As narrativas civilizadoras não apenas legitimam a extração de dados; elas produzem um horizonte de inteligibilidade no qual a datificação aparece como a forma mais objetiva, eficiente e inevitável de conhecer a realidade. Com isso, alternativas passam a ser progressivamente desqualificadas antes mesmo de serem formuladas.

Nesse sentido, a captura do imaginário não decorre apenas da circulação de discursos favoráveis às plataformas, mas da incorporação cotidiana de uma racionalidade que privilegia aquilo que pode ser calculado, previsto e otimizado. Como observa Rouvroy (2020), a crescente centralidade dos sistemas algorítmicos não elimina a imaginação humana, mas reduz sua relevância social e política ao conferir legitimidade crescente às correlações estatísticas em detrimento da interpretação, da criação e da abertura ao inesperado. *A colonização do imaginário manifesta-se justamente quando o horizonte do possível passa a coincidir com o horizonte do calculável.*

Considerações finais

O percurso desenvolvido ao longo deste artigo foi uma tentativa de compreensão do ecossistema digital como um dispositivo de *colonização do imaginário*. Mais do que descrever os efeitos do colonialismo de dados, procurou-se demonstrar que sua expansão produz uma transformação mais profunda: *a disputa pelas próprias condições sociais de produção do sentido*. Nesse aspecto reside a principal contribuição conceitual do artigo ao argumentarmos que a noção de *colonização do imaginário* permite compreender uma dimensão ainda pouco explorada pela literatura sobre capitalismo de dados. Ou seja, a maneira pela qual a captura sistemática da experiência reorganiza os critérios pelos quais indivíduos e sociedades percebem, interpretam e imaginam a realidade.

Por outro lado, ele também impõe a necessidade de situar criticamente essa constatação à luz das transformações mais amplas da experiência contemporânea. A intensificação dos fluxos informacionais e a aceleração das temporalidades digitais produzem uma mudança de escala sem precedentes na relação dos sujeitos com as tecnologias de comunicação. Como observa Hartmut Rosa, a modernidade tardia é marcada por uma aceleração social que afeta não apenas a velocidade dos processos técnicos, mas a própria capacidade de apropriação da experiência, gerando formas de alienação vinculadas à impossibilidade de estabelecer relações significativas e duradouras com o mundo. “Aquilo de que somos alienados por meio das imposições da velocidade [...] não é nosso ser interno imutável ou inalienável, mas nossa capacidade de nos apropriarmos do mundo” (Rosa, 2022, p. 145). Nesse contexto, o excesso de

informação e a modulação contínua dos fluxos comunicacionais tendem a reduzir o tempo disponível para reflexão, sedimentação e elaboração do sentido, favorecendo formas de relação mais imediatas, reativas e superficiais.

É precisamente nesse ambiente de aceleração permanente que a *colonização do imaginário* encontra condições favoráveis para sua expansão. Quanto menor o tempo destinado à interpretação, à deliberação e à elaboração simbólica da experiência, maior tende a ser a dependência de sistemas que organizam previamente aquilo que merece atenção, interpretação e resposta. A disputa pelo imaginário, portanto, não ocorre apenas no nível dos conteúdos, mas das próprias condições temporais de produção do sentido.

No entanto, reconhecer a profundidade dessas transformações não implica aderir a uma leitura totalizante nem a uma rejeição das tecnologias digitais. Retomando a clássica distinção proposta por Umberto Eco entre posturas *apocalípticas* e *integradas*, ambas se mostram insuficientes diante do cenário atual (Eco, 1979, p. 7-30). A primeira tende a absolutizar os efeitos de dominação e perda, obscurecendo as dinâmicas de apropriação e reinvenção; a segunda naturaliza as infraestruturas digitais e suas lógicas de extração, convertendo-as em horizonte inevitável da vida social. Entre esses polos, impõe-se a necessidade de uma distância crítica capaz de apreender simultaneamente os mecanismos de captura e as margens de ação que persistem no interior do ecossistema digital. Essa posição crítica exige reconhecer, simultaneamente, a potência das infraestruturas digitais para reorganizar a experiência social e os limites dessa reorganização. Se a *colonização do imaginário* constitui um processo estrutural, ela não elimina completamente a capacidade humana de produzir novos sentidos, reinterpretar experiências e instituir outros horizontes de futuro.

É precisamente nesse ponto que a questão do imaginário se revela decisiva. Ainda que atravessado por dispositivos que buscam antecipar, orientar e limitar o possível – intensificados pela aceleração e pela lógica de antecipação algorítmica – o imaginário não se deixa reduzir integralmente às dinâmicas do cálculo. Como sugerem as reflexões de Rouvroy e Berns, a racionalidade orientada por dados tende a privilegiar aquilo que pode ser correlacionado, previsto e otimizado, relegando a imaginação à condição de faculdade socialmente desconsiderada. Entretanto, justamente porque a experiência humana excede permanentemente os registros produzidos pelos sistemas digitais, permanece aberta a possibilidade de criação de sentidos que escapam às lógicas da antecipação algorítmica. Como indicado ao longo do artigo, e reforçado pelas contribuições dos estudos de recepção, a experiência dos sujeitos permanece marcada por processos de interpretação, negociação e desvio que impedem a completa

estabilização dos sentidos. Isso significa que a *colonização do imaginário*, embora profunda e estrutural, não se realiza de forma absoluta, configurando-se antes como um campo de tensão permanente entre captura e criação.

Dessa forma, o desafio contemporâneo não consiste em optar entre adesão ou recusa das tecnologias digitais, mas em sustentar uma posição crítica capaz de apreender sua ambivalência em um contexto de aceleração e sobrecarga informacional. Se o ecossistema digital tende a reduzir o horizonte do possível ao que é calculável e antecipável – muitas vezes em um ritmo que impede a própria reflexão –, cabe justamente reabrir esse horizonte, interrogando as condições sob as quais o imaginário é produzido, orientado e disputado. Essa reabertura do horizonte constitui precisamente o ponto em que a noção de *colonização do imaginário* se distingue da ideia de *colonialismo de dados*. Enquanto esta última evidencia os mecanismos de apropriação econômica da experiência humana, aquela permite compreender os efeitos simbólicos e ontológicos desse processo. Isso mostrando que a expansão do capitalismo de dados disputa também aquilo que uma sociedade é capaz de imaginar sobre si mesma e sobre seu futuro.

Essa abertura do imaginário também permite compreender por que a experiência humana permanece irreduzível à sua completa datificação. É justamente nas discontinuidades, nos desvios, nas vulnerabilidades e nas falhas – ou seja, naquilo que escapa aos modelos de otimização –, que se preserva a possibilidade de criação do novo. A tradição japonesa do *Kintsugi* (金継ぎ), literalmente “emenda com ouro”, oferece uma imagem eloquente dessa condição: ao restaurar uma peça de cerâmica quebrada não oculta suas fissuras, mas as incorpora à própria obra, fazendo com que suas fissuras, realçadas por veios de ouro, deixem de representar um defeito para se tornarem expressão de sua singularidade. De modo semelhante, aquilo que a racionalidade algorítmica tende a tratar como ruído, erro ou desvio pode constituir precisamente o lugar onde emergem novos sentidos, novas formas de imaginar e outras possibilidades de existência singulares do humano. Nesse excedente irreduzível ao cálculo, à previsão e à otimização o imaginário conserva sua potência instituinte.

É precisamente no excedente da experiência que decorre a possibilidade permanente de transformação social. Se o capitalismo de dados procura converter a experiência em informação e reduzir o futuro à projeção estatística do presente, a imaginação continua sendo o lugar onde o novo pode emergir, onde sentidos ainda não calculados podem ser produzidos e onde outras formas de vida podem ser concebidas. É justamente por isso que nem tudo cabe nos dados. Não porque os dados sejam incapazes de descrever parcelas significativas da realidade, mas porque

a realidade humana permanece sempre excedente em relação àquilo que pode ser convertido em informação, modelizado por algoritmos ou antecipado por sistemas preditivos. É nesse excedente não capturável que reside, simultaneamente, a possibilidade da crítica, da criação e da resistência às novas *formas de colonização do imaginário*.

Referências

ACCOTO, Cosimo. **O mundo dado**: cinco breves lições de filosofia digital. Tradução de Eliete da Silva Pereira. São Paulo: Paulus, 2020.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II** – Os domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **Data Grab**: The new colonialism of big tech and how to fight back. London: Penguin Books, 2024.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. In: HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. 8ª edição. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco (EDUSF), 2012. p. 11–38.

KITCHIN, Rob. **Data Lives**: how data are made and shape our world. Bristol, UK: Bristol University Press, 2021.

ROSA, Harmut. **Alienação e aceleração**: por uma teoria crítica da temporalidade tardo-moderna. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

ROSENBERG, Daniel. Data before the fact. In: GITELMAN, Lisa (ed). **'Raw Data' is an Oxymoron**. Cambridge: MIT Press, 2013.

ROUVROY, Antoinette; BERNIS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação?. Tradução de Pedro Henrique Andrade. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 36–56, 2015. DOI: <<https://doi.org/10.29146/eco-pos.v18i2.2662>>. Disponível em: <https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2662>. Acesso em: 30 jun. 2026.

ROUVROY, Antoinette. Entrevista com Antoinette Rouvroy: Governamentalidade Algorítmica e a Morte da Política. Tradução de Maria Cecília Pedreira de Almeida e Marco Antonio Sousa Alves. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 15–28, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.26512/rfmc.v8i3.36223>>. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/36223>>. Acesso em: 30 jun. 2026.

Recebido em: 24/05/2026

Aceito em: 02/07/2026